

Termo de Referência 37/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2024	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	ANDRE LUIZ BARBOSA RODRIGUES	21/05/2024 14:24 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		08200.025316/2023-64

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço especializado em Tecnologia da Informação, especificamente o DaaS – Dados como Serviço, com o objetivo central de proporcionar a extração eficiente e segura de dados brutos de diversos sistemas utilizados pelas entidades da administração pública federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Integração de Sistemas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	27081	Pacote de 50.000 milheiros	12	R\$ 19.575,39	R\$ 234.904,66

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que trata-se de serviço de fornecimento de dados através de tecnologias amplamente utilizadas, e que, por este motivo, podem ter suas especificações técnicas definidas objetivamente pelo que é usualmente especificado no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade pelos dados de diárias e passagens fornecidos pelo serviço é permanente, já que a Polícia Federal continuará a realizar deslocamentos que fazem jus a diárias, além de não haver previsão de solução alternativa ao objeto da contratação.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em um serviço chamado o DaaS - Dados como Serviço. Este serviço especializado destina-se a otimizar o acesso, a extração e a gestão de dados brutos de sistemas utilizados por entidades da administração pública federal, tanto direta quanto indireta, assim como por outras entidades controladas pela União. Esta solução está sob a administração do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Cabe ressaltar que o acesso aos sistemas disponibilizados está condicionado à prévia autorização do órgão gestor do sistema.

2.3. A solução DaaS permite acesso remoto, seguro e em tempo real aos bancos de dados virtualizados, alinhado com as políticas e restrições de segurança da informação. Utilizando a infraestrutura de *cloud computing*, a solução promove a disponibilização *on-demand* de recursos computacionais, como as bases de dados do sistema, proporcionando escalabilidade e flexibilidade consideráveis.

2.4. Para assegurar a interoperabilidade e uma comunicação eficiente entre os diversos sistemas e o banco de dados, a solução DaaS emprega interfaces padrão de conectividade, como JDBC (*Java Database Connectivity*) e ODBC (*Open Database Connectivity*). O JDBC, uma API para conexão de aplicações *Java* a bancos de dados, e o ODBC, que oferece uma interface unificada para a comunicação de aplicações com bancos de dados independentemente da linguagem de programação, são fundamentais para realizar operações de consulta e manipulação de dados através da linguagem SQL ANSI.

2.5. No que diz respeito ao controle de acesso na solução DaaS, além do uso do protocolo LDAP (*Lightweight Directory Access Protocol*) para a administração de usuários, grupos e permissões, a segurança também é implementada por autenticação via certificado digital, emitido conforme os padrões da ICP-Brasil.

2.6. Além disso, a solução contempla funcionalidades de auditoria, permitindo o monitoramento e a verificação das atividades realizadas no sistema. Os metadados são disponibilizados através de um catálogo, facilitando assim o acesso e a utilização dos dados na base. Esta solução DaaS visa atender as demandas específicas da Polícia Federal, com isso possibilitando uma gestão de dados mais integrada e eficiente.

2.7. As características técnicas do serviço abrangem um conjunto de funcionalidade e itens de segurança discriminados na Tabela 1.

Horário de Funcionamento	24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana.
Relatórios de Prestação de Contas	Mensalmente (consolidado do mês); Somente será disponibilizada a apuração detalhada dos acessos quando a necessidade for motivada e justificada pelo AUTORIZADO.
Segurança Lógica	Proteção de <i>Firewall</i> ; Proteção de IDS; Realização de <i>backup/restore</i> sobre a aplicação.
Segurança Física	Acesso restrito à área do Centro de Dados; Produção em Sala Cofre.
Manutenção de Equipamentos	Programada fora do horário comercial (entre 20:00 e 06:00), exceto em situações excepcionais, que deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 48 horas.
Segurança de Acesso	Autenticação por meio de Certificado Digital do servidor de aplicação do AUTORIZADO, válido e emitido dentro do padrão ICP-Brasil, acolhido nos servidores do serviço; Autenticação por meio do protocolo LDAP; Log de acesso dos usuários finais mantido pelo SERPRO pelo tempo mínimo de 5 anos; Controle de acesso do usuário por senha; Sistema de auditoria de Log e bilhetagem de uso.
Throughput (Rendimento)	600.000 milheiros por instância por dia (Valor obtido por meio de teste de stress realizado no ambiente produtivo).

Tabela 1 - Características técnicas do serviço

3. Fundamentação da contratação

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se como uma decisão estratégica e essencial para responder às necessidades de gestão de dados na administração pública federal, particularmente na Polícia Federal. Esta necessidade é ampliada pela complexidade e pelo volume crescente de dados gerados pelos sistemas governamentais. Destacam-se aqui os dados provenientes do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e do sistema Tesouro Gerencial, ambos com bancos de dados sob administração do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

3.2. O SCDP é uma ferramenta essencial para o registro e controle das viagens realizadas no interesse dos órgãos vinculados ao Governo Federal. A eficácia do SCDP em gerir e monitorar despesas com diárias e passagens é fundamental para a Polícia Federal, garantindo uma gestão eficiente dos recursos públicos. No entanto, a extração de dados gerenciais do SCDP apresenta desafios significativos, especialmente devido à dispersão e à forma de apresentação dos dados.

3.3. Atualmente, os relatórios gerados pelo SCDP são desordenados e não estruturados, de maneira que não facilita as análises gerenciais. Esses desafios incluem a necessidade de acesso a múltiplas páginas para a compilação de dados, um processo que não só é demorado, mas também sujeito a inconsistências e atrasos. Além disso, a necessidade de constante verificação e revalidação dos dados, junto com o tempo e os recursos dedicados a tentativas de extração manual, representam um uso ineficiente dos recursos da Polícia Federal.

3.4. Da mesma forma, o sistema Tesouro Gerencial, fundamental na administração de dados financeiros e orçamentários, também necessita de uma solução que automatize a extração dos dados. A implementação do DaaS promete trazer benefícios significativos para esses sistemas, permitindo uma gestão de dados mais eficiente e estruturada.

3.5. A adoção da solução oferecida pelo SERPRO permitirá superar essas dificuldades, fornecendo acesso direto, estruturado e atualizado aos dados. Esta solução visa disponibilizar os dados em formatos integráveis e analisáveis, o que é necessário para melhorar a tomada de decisões e a alocação de recursos na Polícia Federal.

3.6. A solução proposta oferece uma plataforma eficiente de acesso em tempo real a bancos de dados virtualizados. Esta plataforma não somente promove eficiência na extração e análise de dados, mas também assegura a integridade e a segurança das informações. Além disso, sua base em *cloud computing* confere escalabilidade e flexibilidade, permitindo adaptação às necessidades específicas da Polícia Federal.

3.7. A escolha pela solução é justificada por sua funcionalidade em fornecer uma ferramenta abrangente e segura para o gerenciamento de dados, em alinhamento com as boas práticas de TI e atendendo às exigências específicas da Polícia Federal. Além disso, o DaaS satisfaz os requisitos tecnológicos de desempenho, flexibilidade, funcionalidade, segurança e disponibilidade.

3.8. Entre as alternativas avaliadas, destaca-se como a melhor solução tecnológica, apesar de ser uma opção paga, pois permite a extração personalizada dos dados dos sistemas de interesse. A ferramenta facilita a automação do processo de extração, oferecendo acesso direto ao banco de dados em tempo real, assegurando a obtenção das informações atualizadas e em um formato estruturado. Portanto, conclui-se que a solução DaaS atende aos requisitos técnicos necessários para a contratação.

3.9. A contratação e implementação da solução proposta na Polícia Federal é projetada para trazer uma série de benefícios significativos e resultados tangíveis, conforme listados a seguir.

I. Ampliação do Acesso a Dados: Com o DaaS, haverá uma expansão no acesso aos dados, facilitando o consumo de informações e a geração de insights, essenciais para a tomada de decisões estratégicas.

II. Intensificação do Uso de Dados pelos Gestores: A solução permitirá aos gestores das áreas finalísticas utilizar os dados de forma eficaz, ampliando os recursos para interação e exploração de dados. Isso resultará na redução da complexidade no desenvolvimento de análises e na obtenção de insights valiosos.

III. Integração de Dados entre Sistemas Estruturantes e Transacionais: Facilitará a integração de dados entre sistemas, suportando eficientemente as operações das áreas da Polícia Federal. Isso permite o reuso de dados em sistemas já utilizados no cotidiano dos usuários.

IV. Aumento da Produtividade em Análises e Tomada de Decisão: A dependência de processos manuais para análise de dados será significativamente reduzida, resultando em maior produtividade na entrega de informações para tomada de decisão.

V. Automação e Acesso Direto aos Dados: Permitirá a automação no processo de extração de dados, oferecendo acesso direto aos bancos de dados em tempo real.

VI. Mitigação de Riscos de Continuidade e Segurança: A solução vai mitigar os riscos relacionados à continuidade e à segurança no fornecimento de informações, garantindo um fluxo contínuo, sistêmico e automatizado das informações.

VII. Fornecimento de Informações Confiáveis e Atualizadas: O DaaS assegurará que as informações fornecidas sejam confiáveis e atualizadas, essenciais para gestão dos dados.

VIII. Eficiência na Gestão Através da Criação de Relatórios Internos: A solução permitirá a criação de relatórios internos utilizando business intelligence, criando painéis que auxiliam na análise e apresentação de dados de forma compreensível e acessível.

3.10. Assim, a contratação tem como principal objetivo suprir a necessidade por dados sobre viagens com pagamento de diárias e passagens realizadas no âmbito da Polícia Federal, em especial dos dados constantes do SCDP. Os dados serão extraídos da solução adotada (DaaS) de maneira estruturada em formatos amplamente adotados no mercado (csv ou xlsx, por exemplo).

3.11. O modelo de negócio da solução DaaS é a comercialização da quantidade de linhas extraídas dos bancos de dados virtualizados disponibilizados para o órgão contratante. São oferecidos diferentes pacotes de linhas, com volumetria e preço de acordo com cada necessidade, conforme mostrado na Tabela 2. O pacote mínimo ofertado contém 50.000 milheiros de linhas, existindo ainda cobrança por milheiro excedente caso o pacote contratado seja ultrapassado. Os dados apresentados na Tabela 2 indicam quantitativos mensais, o que significa que o pacote contratado é renovado a cada mês.

Item Faturável	Unidade de Medida	Preço
Pacote de 50.000 milheiros de linhas	Pacote de Milheiros	R\$ 19.892,92
Pacote de 150.000 milheiros de linhas	Pacote de Milheiros	R\$ 47.743,57
Pacote de 500.000 milheiros de linhas	Pacote de Milheiros	R\$ 127.316,66
Pacote de 2.000.000 milheiros de linhas	Pacote de Milheiros	R\$ 407.412,74
Milheiro Excedente	Milheiros	R\$ 0,34

Tabela 2 - Pacotes comercializados do serviço DaaS

3.12. A metodologia para a estimativa da quantidade do serviço a ser contratada é apresentada a seguir.

3.12.1. Considerando que a referência para a medição do quantitativo do serviço necessário é a quantidade de linhas, deve-se observar a forma com que os dados do objeto da contratação estão organizados para elaboração de estimativa da demanda. Cada viagem é registrada no SCDP como uma Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP). Em cada PCDP estão inseridos diversos dados únicos atrelados àquela viagem, como nome do servidor, datas de início e fim da viagem, unidade responsável, valores pagos e situação da viagem, por exemplo. Todos estes dados podem ser incluídos em apenas uma linha correspondente àquela PCDP, de forma que seria necessário extrair através do DaaS uma linha por PCDP.

3.12.2. Outro dado que seria relevante para uma análise completa seriam os trechos percorridos por cada proposto (pessoa que irá viajar) durante a viagem, ou seja, de onde ele partiu e para onde ele foi. Neste caso, a cada PCDP estariam vinculados vários trechos, porém o número exato de trechos por PCDP é de difícil estimativa devido à natureza de cada viagem. Na maioria dos casos as viagens possuem dois trechos (ida e volta), mas existem muitas situações nas quais o servidor realiza vários deslocamentos numa mesma PCDP. De toda forma, para a extração deste dado através do DaaS seriam necessárias várias linhas por PCDP.

3.12.3. Também é essencial para a análise das diárias e passagens a obtenção dos valores pagos e reservados para pagamento em cada nota de empenho cadastrada no SCDP. Ao fim de 2022, foram identificadas 963 notas de empenho em todas as unidades cadastradas da Polícia Federal. Como é difícil estimar quando cada nota de empenho foi inserida no sistema, será adotado que todas foram inseridas no primeiro dia do ano. Ou seja, todos os dias serão extraídas 963 linhas correspondentes a notas de empenho com valores atualizados.

3.12.4. Em resumo, para dados únicos de cada PCDP, o número de linhas seria igual ao número de PCDPs que se deseja analisar. Para os trechos das viagens, deve ser adotado um múltiplo do número de PCDPs como o total de linhas extraídas. Será adotado aqui um total de cinco trechos por cada PCDP, o que certamente é um valor superestimado, mas que por este motivo será suficiente para se ter um limite superior da quantidade de linhas a serem extraídas. E para análise das notas de empenho será considerado que todos os dias serão extraídas 963 linhas com dados atualizados.

3.12.5. Considerando que o número de linhas contratado é renovado mensalmente, o cálculo deve ser realizado tomando como referência a mesma periodicidade. Se os dados forem extraídos diariamente, e considerando que serão extraídas todas as PCDPs cadastradas no ano corrente, o mês em que haverá a maior quantidade de linhas extraídas será dezembro.

3.12.6. Como o último ano concluído é 2022, ele será usado como referência para o cálculo do quantitativo de linhas. Através de dados obtidos do SCDP, o total de PCDPs solicitadas até novembro foi de 56.123, e ao longo do mês de dezembro foram cadastradas mais 4.854 viagens. A Tabela 3 mostra o cálculo do total de linhas que seriam necessárias no mês de dezembro/2022. A coluna “PCDPs até 11/2022” indica o total de PCDPs até o mês de novembro, enquanto a coluna “PCDPs após 12/2022” indica o total de PCDPs teórico adicionado até aquele dia de dezembro (através de proporção simples entre o total de PCDPs de dezembro e o dia do mês). A coluna “Linhas de PCDPs” indica a quantidade de linhas que seriam extraídas para cada PCDP, “Linhas de trechos” indica as linhas de PCDPs multiplicadas por cinco – pelos motivos expostos anteriormente – e “Linhas de Empenhos” indica a atualização das 963 linhas correspondentes a cada nota de empenho cadastrada.

Dia	PCDPs	PCDPs	Linhas	Linhas	Linhas	Dia	PCDPs	PCDPs	Linhas	Linhas	Linhas	Dia	PCDPs	PCDPs	Linhas	Linhas	Linhas
	11/22	12/22	PCDPs	trechos	empenhos		11/22	12/22	PCDPs	trechos	empenhos		11/22	12/22	PCDPs	trechos	empenhos
1	56.123	157	56.280	281.398	963	11	56.123	1.722	57.845	289.227	963	22	56.123	3.445	59.568	297.839	963
2	56.123	313	56.436	282.181	963	12	56.123	1.879	58.002	290.010	963	23	56.123	3.601	59.724	298.622	963
3	56.123	470	56.593	282.964	963	13	56.123	2.036	58.159	290.793	963	24	56.123	3.758	59.881	299.405	963
4	56.123	626	56.749	283.747	963	14	56.123	2.192	58.315	291.576	963	25	56.123	3.915	60.038	300.188	963
5	56.123	783	56.906	284.530	963	15	56.123	2.349	58.472	292.359	963	26	56.123	4.071	60.194	300.970	963
6	56.123	939	57.062	285.312	963	16	56.123	2.505	58.628	293.141	963	27	56.123	4.228	60.351	301.753	963
7	56.123	1.096	57.219	286.095	963	17	56.123	2.662	58.785	293.924	963	28	56.123	4.384	60.507	302.536	963
8	56.123	1.253	57.376	286.878	963	18	56.123	2.818	58.941	294.707	963	29	56.123	4.541	60.664	303.319	963
9	56.123	1.409	57.532	287.661	963	19	56.123	2.975	59.098	295.490	963	30	56.123	4.697	60.820	304.102	963
10	56.123	1.566	57.689	288.444	963	20	56.123	3.132	59.255	296.273	963	31	56.123	4.854	60.977	304.885	963
						21	56.123	3.288	59.411	297.056	963	SOMA			10.934.715		

Tabela 3 - Linhas necessárias para o mês de dezembro/22

3.12.7. Por fim, somando-se a quantidade de “Linhas de PCDPs”, “Linhas por trechos” e “Linhas de Empenhos” ao longo de todos os dias do mês, chega-se a um valor de 10.934.715 linhas por mês. Este é o valor estimado necessário para a contratação. Considerando os pacotes de linhas disponíveis, conclui-se que o pacote mínimo, de 50.000 milheiros (ou 50.000.000) de linhas é suficiente para atender a necessidade da contratação.

3.13. O quantitativo de linhas restante pode ainda ser usado em demandas pontuais de dados oriundos do SCDP, bem como dados relativos a diárias e passagens existentes no banco de dados do Tesouro Gerencial, além de dados relativos à execução orçamentária e financeira também disponíveis no Tesouro Gerencial. Isso permitirá uma melhor integração dos dados gerados na Polícia Federal, bem como um melhor aproveitamento do pacote mínimo contratado.

3.14. O objeto da contratação é um único serviço fornecido pelo SERPRO de acesso online a bases de dados públicos virtualizados que serão disponibilizados para a Polícia Federal. Desta forma, e em conformidade com o Art. 40, §3º, II, da Lei 14.133/2021, o parcelamento não será adotado por se tratar de objeto único.

3.15. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 304;
- IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE ANÁLISE DA DADOS E INDICADORES DE TIC;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200334-2/2024.

3.16. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020 a 2023 (considerando a previsão de novo lançamento para maio/2024) e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020-2023 (prorrogado para 2024) da Polícia Federal, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos

3	Institucional: Transformar a PF em uma instituição orientada pela estratégia e governança.
16	EGD: Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação
17	EGD: O digital como fonte de recursos para políticas públicas essenciais

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2023 (PRORROGADO PARA 2024)			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A108	Prospectar, testar e adquirir acesso à novas bases de dados e sistemas úteis às atividades da PF	N90	Acesso e integração de dados da Polícia Federal com outros órgãos e entidades

3.17. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

4.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1. **Integração de Dados:** As informações obtidas precisam ser integradas de maneira eficaz, proporcionando uma visão unificada e coesa que facilita a tomada de decisão;

4.2.2. **Automação na Análise e Conformidade:** O sistema deve facilitar a automatização da análise de dados, garantindo que as informações atendam aos padrões necessários;

4.2.3. **Elaboração de Relatórios Gerenciais:** Possibilidade de geração e de gerenciamento de relatórios detalhados que forneçam subsídios para decisões estratégicas;

4.2.4. **Aplicação de Metodologias Analíticas:** A solução deve suportar metodologias de inteligência analítica e ciências de dados para extrair conhecimento a partir dos dados;

4.2.5. **Rastreabilidade e Auditoria de Dados:** A solução deve proporcionar capacidades de rastreamento e auditoria dos dados acessados e manipulados;

4.2.6. **Interoperabilidade com Sistemas:** A solução deve ser capaz de se integrar de maneira eficiente com os sistemas já em uso na Polícia Federal;

4.2.7. **Personalização e Configurabilidade:** A solução deve oferecer opções de personalização e configuração que permitam adaptá-la às necessidades específicas da Polícia Federal. Isso inclui a capacidade de ajustar consultas aos dados para melhor atender às exigências.

Requisitos de Capacitação

4.3. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.4. A contratada deve oferecer orientações sobre os procedimentos a serem realizados pelas pessoas indicadas pela contratante para a correta utilização do serviço contratado.

Requisitos Legais

4.5. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

4.6. Como trata-se de contratação a ser firmada com o SERPRO, também foi considerada a Lei nº 5.615/1970, que dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.

Requisitos de Manutenção

4.7. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.8. Para minimizar o impacto nas operações diárias da Polícia Federal, as manutenções programadas relacionadas ao serviço DaaS devem ser agendadas para ocorrerem fora do horário comercial, preferencialmente entre às 20:00 e às 06:00 horas. Além disso, é fundamental que a Polícia Federal seja notificada com uma antecedência mínima de 48 horas.

Requisitos Temporais

4.9. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos de maneira remota, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.11. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.12. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Interrupção ou redução da qualidade do serviço.	Atendimento 24 horas em 7 dias por semana, devido à alta severidade do problema.	Acompanhamento do tempo de atendimento na abertura do chamado.
Restrições à operação do sistema.	Atendimento em horário comercial, devido à média severidade do problema.	Acompanhamento do tempo de atendimento na abertura do chamado.
Problemas ou dúvidas que não afetam a funcionalidade do sistema.	Atendimento em horário comercial, devido à média severidade do problema.	Acompanhamento do tempo de atendimento na abertura do chamado.

4.13. Serão abertos chamados pela contratante em canais de atendimento da contratada para fornecimento de suporte técnico, com geração de número de identificação para comprovação e acompanhamento do tempo de atendimento.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.14. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e observar os seguintes itens:

4.14.1. Observância à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.14.2. Observância das políticas de segurança da contratada.

4.14.3. Restrição de acesso dos colaboradores da contratada aos dados contidos no objeto, sendo este acesso limitado àqueles que necessitem tratá-los e, caso os acessem, mantenham sigilo ao que tiveram contato.

4.14.4. Acesso restrito à área do Centro de Dados.

4.14.5. Produção em Sala Cofre, para proteção física dos dados.

4.14.6. Realização de *backup/restore* sobre a aplicação, para o caso de perda ou dano aos dados originais.

4.14.7. Logs de acesso dos usuários finais mantido pela contratada pelo tempo mínimo de 5 anos.

4.14.8. Comunicação imediata à contratante sobre incidentes de segurança que ocorrerem.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.15. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

- 4.15.1. Observância dos princípios de sustentabilidade da contratante e da contratada.
- 4.15.2. Adoção das práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) de forma a fomentar a sustentabilidade empresarial.
- 4.15.3. Observância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constantes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.
- 4.15.4. Respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais.
- 4.15.5. Agir com ética, integridade e civilidade como princípios norteadores nas relações com terceiros.
- 4.15.6. Promoção de igualdade de oportunidades entre as pessoas, independente de gênero, idade, etnia, crença, cultura, orientação sexual ou deficiência.
- 4.15.7. Aplicação de boas práticas na utilização dos recursos do meio ambiente, zelando pelo consumo responsável para garantir a sustentabilidade ambiental.
- 4.15.8. Busca pela inovação para o desenvolvimento de soluções mais sustentáveis.
- 4.15.9. Adoção de medidas visando o combate às mudanças climáticas causadas pela ação humana.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.16. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.17. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.18. Os requisitos técnicos para esta contratação são definidos em conformidade com as diretrizes legais aplicáveis e são detalhados a seguir.

4.19. É fundamental que o SERPRO atenda aos seguintes requisitos técnicos e gerais:

- 4.19.1. Fornecer a infraestrutura necessária para que a Polícia Federal possa acessar a solução de "Dados como Serviço".
- 4.19.2. A solução deve assegurar a recuperação segura e auditável de dados brutos atualizados através de um barramento de dados (banco de dados virtualizado), garantindo que o ambiente de produção não seja afetado.
- 4.19.3. O acesso aos dados *online* deve ser realizado por interfaces padrões como JDBC (*Java Database Connectivity*) ou ODBC (*Open Database Connectivity*), permitindo que aplicações realizem consultas SQL, seguindo o padrão ANSI, aos bancos de dados virtuais, independentemente do formato original dos dados.
- 4.19.4. É necessário que haja uma lista acessível das bases de dados disponíveis.
- 4.19.5. Todo acesso aos dados deve ser condicionado à autorização prévia do proprietário da respectiva base de dados.
- 4.19.6. O sistema de barramento de dados precisa fornecer dados de forma *on-line*, por meio de uma interface que seja segura e passível de auditoria.
- 4.19.7. Caso sejam disponibilizados bancos de dados não relacionais no barramento, a solução deve incluir funcionalidades para converter esses dados, permitindo assim o acesso via SQL.
- 4.19.8. Os acessos JDBC e ODBC dispõem de certificação digital.
- 4.19.9. Controle de acesso que inclua autenticação e validação dos usuários por meio do protocolo LDAP (*Lightweight Directory Access Protocol*). Este protocolo é empregado para centralizar o processo de "login", permitindo que uma única senha de usuário seja utilizada de maneira segura em diversos serviços.
- 4.19.10. O serviço dispõe de uma base LDAP exclusiva, sendo possível determinar diferentes níveis de acesso para os diversos usuários.

4.19.11. O serviço funciona na lógica de ambiente compartilhado impondo os seguintes limites:

4.19.11.1. 600 milhões de linhas por instância por dia;

4.19.11.2. Um VDB (*Virtual DataBase*) para cada base, para cada cliente com no máximo 20 conexões simultâneas (*max-pool-size*).

4.19.12. Além disso, há também limitações com relação à própria ferramenta. No caso de conexões JDBC:

4.19.12.1. *Java* 1.7 ou superior;

4.19.12.2. Configuração de chave-pública (JKS) a partir de um certificado SHA-2 com algoritmo RSA;

4.19.12.3. Permissão de inclusão de JDBC genérico ou de terceiros para inclusão do driver TEIID fornecido pelo SERPRO; e

4.19.12.4. A ferramenta de extração a ser utilizada pela Polícia Federal deverá ser compatível com a especificação JDBC 4.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.20. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.20.1. A contratada deve fornecer os recursos necessários com o objetivo de possibilitar a correta configuração dos dispositivos computacionais da contratante, para a conexão remota ao serviço contratado.

4.20.2. Após a conexão com os bancos de dados virtualizados, serão executados testes baseados em consultas SQL definidas pela contratante. Os dados obtidos serão confrontados com aqueles existentes nos sistemas de origem para validar a qualidade dos dados e a conexão com os sistemas da contratada.

4.20.3. Durante os testes, será feita a constatação das especificações descritas neste Termo de Referência.

4.20.4. A contratada deve fornecer acesso a *dashboards* de consumo de serviço, que terão seus resultados confrontados com as medições de consumo aferidas pela contratante.

Requisitos de Implantação

4.21. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.21.1. Após a emissão da Ordem de Serviço, deverão ser disponibilizadas *Virtual Databases* (VDBs) das bases de dados solicitadas para o contrato.

4.21.2. Deverá ser disponibilizado acesso aos usuários determinados pela contratante após o seu cadastramento e habilitação, além da validação da segurança lógica da contratada.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.22. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.23. Os serviços de atendimento e suporte técnico deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.24. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.25. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.26. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.27. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.

4.28. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.29. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.29.1. Utilização de *Firewall* para controle do tráfego na rede e bloqueio de ameaças e proteção dos dados.

4.29.2. Proteção de IDS para monitoramento de atividades suspeitas na rede.

4.29.3. Autenticação por meio de Certificado Digital do servidor de aplicação do autorizado, válido e emitido dentro do padrão ICP-Brasil, acolhido nos servidores do serviço.

4.29.4. Autenticação por meio do protocolo LDAP para a administração de usuários, grupos e permissões.

4.29.5. Implementação de controle de acesso do usuário por senha.

4.29.6. Utilização de sistema de auditoria de *Logs* de acesso.

Vistoria

4.30. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.31. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.31.1. A infraestrutura computacional utilizada pela contratada para fornecimento do serviço deve observar as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental e à eficiência energética.

Da exigência de carta de solidariedade

4.32. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.33. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.33.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no serviço de acesso, extração e gestão de dados brutos de sistemas denominado DaaS.

4.33.2. A subcontratação fica limitada a itens diversos ao objeto da contratação, como aqueles que dão suporte ao objeto.

4.34. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da Contratação

4.35. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma contratação de baixo risco e cuja descontinuidade de prestação do serviço não causará danos significativos ao órgão.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.36. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.36.1. A contratação visa a atender à necessidade por dados sobre o consumo de diárias e passagens pela Polícia Federal;

4.36.2. Os dados a serem obtidos devem suprir completamente a demanda do órgão, e devem ser acessados por meio de tecnologias amplamente aceitas no mercado, bem como serem obtidos em formato estruturado e também com grande aceitação;

4.36.3. Conforme método de comercialização adotado pela contratada, a mensuração do serviço se dá através da quantidade de linhas fornecidas nas consultas realizadas durante a utilização do DaaS;

4.36.4. O cálculo da quantidade de linhas necessária é mostrado no item 3 deste Termo de Referência, sendo que o serviço contratado deve suprir a demanda estimada para o órgão.

5. Papéis e responsabilidades

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. assegurar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

5.1.10. solicitar formalmente, por meio dos canais de comunicação, qualquer alteração que possa impactar a execução dos serviços, ficando a critério da contratada a sua aceitação;

5.1.11. informar e manter operantes os seus dados de contato registrados neste contrato, bem como comunicar tempestivamente à contratada as atualizações dessas informações;

5.1.12. não armazenar ou reproduzir os dados e informações obtidos por meio dos serviços que compõem o objeto deste contrato, excetuando-se as situações devidamente justificadas nas quais o armazenamento ou reprodução dos referidos dados e informações sejam necessários para o exercício das atividades da contratante, bem como quando o armazenamento ou reprodução dos dados e informações forem realizados por exigências legais, informando individual e detalhadamente ao SERPRO sobre cada ocorrência excepcional;

5.1.13. não utilizar os serviços e os dados obtidos para finalidade ou forma distinta da qual foram concebidos e fornecidos ou para a prática de atos considerados ilegais, abusivos e/ou contrários aos princípios norteadores do Código de Ética da contratada;

5.1.13.1. em casos de suspeita das práticas descritas acima, os serviços poderão ser suspensos, com a consequente comunicação do ocorrido às autoridades competentes e, em eventual confirmação, a contratada poderá rescindir o presente contrato e iniciar o processo de apuração de responsabilidade do agente que tenha dado causa a estas práticas.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. prestar os serviços de acordo com o contrato, desde que a contratante tenha assegurado as condições necessárias para a utilização dos serviços contratados;
- 5.2.11. enviar, por meio eletrônico, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, Notas Fiscais e Guias de Pagamento (boletos) correspondentes ao serviço prestado, sendo que estes documentos também estarão disponíveis para a contratante na Área do Cliente disponibilizada pela contratada;
- 5.2.12. manter suas condições de habilitação durante toda a vigência contratual, em cumprimento às determinações legais, o que será comprovado pela contratante por meio de consultas aos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública Federal;
- 5.2.13. comunicar, formalmente, à contratante qualquer ocorrência que possa impactar na execução dos serviços.

6. Modelo de execução do contrato

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço;

6.1.1.1. O início da execução do objeto se dará com a disponibilização pela contratada do acesso pela contratante ao serviço DaaS.

6.1.1.2. A contratada deve orientar os indicados pela contratante em demandas relacionadas à execução do objeto contratual.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços, a critério da contratada:

6.2.1. Regional SERPRO Brasília, CNPJ 33.683.111/0002-80, SGAN Av. L2 Norte Quadra 601 – Módulo G – Brasília-DF, CEP 70830-900.

6.2.2. Regional SERPRO São Paulo – Socorro, CNPJ: 33.683.111/0009-56, Rua Olívia Guedes Penteado, 941, Capela do Socorro, São Paulo/SP, CEP 04766-900.

6.3. Os serviços serão consumidos pela contratante de maneira *online*, em qualquer localidade, ainda que o fornecimento pela contratada seja em um dos locais descritos.

6.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

Materiais a serem disponibilizados

6.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.5.1. Material técnico para acesso ao objeto do contrato;

6.5.2. Nota Fiscal;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.6. A demanda do órgão tem como base as características destacadas no tópico sobre "Informações relevantes para o dimensionamento da proposta" do item 4 deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Formas de transferência de conhecimento

6.8. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.8.1. A contratada deve orientar os indicados pela contratante em relação aos conhecimentos necessários para o funcionamento do serviço objeto da contratação, bem como fornecer materiais técnicos que permitam adquirir conhecimentos sobre a sua utilização.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.9.1. Os casos de rescisão contratual obedecerão ao disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021, e serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9.2. Para formalizar a rescisão contratual, a contratante deverá abrir um acionamento, nos termos previstos neste contrato, por meio dos Canais de Atendimento expostos no item 6.3.

6.9.3. Nos casos em que a prestação do serviço objeto deste contrato depender de autorização de órgão ou entidade responsável pelos dados e informações, eventual cancelamento da autorização concedida à contratada para esta finalidade ensejará a imediata suspensão dos serviços e o início do procedimento de rescisão deste contrato, não cabendo à contratante direito a qualquer indenização por parte da contratada, seja a que título for.

6.9.4. Eventual rescisão não representa quitação para os débitos aferidos e não quitados. Em caso de rescisão os serviços serão considerados parcialmente entregues e caberá à contratante efetuar o pagamento proporcional aos serviços até então prestados, conforme as condições estabelecidas nesse contrato.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.10. Cada OS conterà o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Anexo Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.11.1. Ordem de Serviço;
- 6.11.2. Ata de Reunião;
- 6.11.3. Ofício;
- 6.11.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.11.5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência.

7. Modelo de gestão do contrato

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.6.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.6.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.6.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.6.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.8. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.9. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.10. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. Critérios de medição e pagamento

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

DISPONIBILIDADE	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo mínimo que o serviço deve permanecer disponível para acesso durante o horário de funcionamento.
Meta a cumprir	Disponibilidade igual ou superior a 98%.
Instrumento de medição	Relatório de Disponibilidade do Serviço
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando o tempo de indisponibilidade do serviço em relação ao tempo previsto de disponibilidade no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$\%DS = 1 - (THI / THD) \times 100\%$ <p>No qual:</p> <p>$\%DS$ = Percentual de disponibilidade;</p> <p>THI = Total em minutos de indisponibilidade não previstas do VDB indisponível;</p> <p>THD = Total em minutos de disponibilidade previstas para todos os VDB's disponibilizados (24h x 60min x qtd de VDB's disponibilizados x nº dias mês).</p>
	Obs1: A disponibilidade de acesso será considerada no horário de funcionamento do serviço.

Observações	<p>Obs2: Serão desconsideradas do cálculo as paradas previamente comunicadas com antecedência de 48 horas, bem como aquelas programadas nos sistemas estruturantes fontes da informação.</p> <p>Obs3: Serão considerados justificados os períodos de manutenção e paradas programadas acordados entre o contratado e a contratante. Para aferição do indicador somente serão considerados os incidentes sob responsabilidade da contratada.</p> <p>Obs4: Não será considerado descumprimento de nível de serviço fatos atribuídos à contratante ou a terceiros, por erros de operação da contratante, bem como será considerado justificado o tempo de tratamento de incidentes que dependam de informações adicionais da contratante.</p> <p>Obs5: Não será considerado descumprimento de nível de serviço casos de interrupção ou degradação do serviço por motivos de caso fortuito ou de força maior.</p>
Início de Vigência	A partir da disponibilização de acesso ao serviço.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	O descumprimento do indicador ensejará a aplicação de uma penalidade de redução de 2% no valor do serviço inadimplido para o período apurado.

8.1.1. A discriminação dos descontos por descumprimento de nível mínimo de serviço será informada no relatório de ateste.

8.1.2. Os valores das faturas serão líquidos, contemplando o desconto por descumprimento de nível mínimo de serviço.

8.1.3. Situações excepcionais que impeçam a recuperação dos níveis de serviço referenciados serão reportadas aos prepostos indicados pela contratante para a negociação de prazo, segundo as características de cada situação.

8.1.4. As manutenções dos equipamentos ou paradas programadas no serviço deverão ser negociados, devendo ocorrer preferencialmente fora do horário comercial.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Indicador de Disponibilidade;

Do recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. Aferição do indicador de Disponibilidade para identificar se os valores estão compatíveis com o especificado neste Termo de Referência.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Inexecução parcial não reiterada.	Advertência.
2	Atraso na execução das disposições contratuais (mora).	Multa, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês pro rata die sobre o valor do item inadimplido.
3	Inexecução parcial reiterada.	Multa, de 2% (dois por cento) sobre o valor do item inadimplido. Caso haja a aplicação de mais de uma multa por descumprimento parcial das obrigações, a soma dos valores das eventuais multas não ultrapassará o valor de 10% (dez por cento). Dentro do mesmo período de referência, a multa por inexecução parcial substitui a multa por mora.
4	Inexecução total das obrigações contratuais.	Multa, de no máximo 10% (dez por cento) do valor do contrato. Dentro do mesmo período de referência, a multa por inexecução total substitui a multa por inexecução parcial e a multa por mora.

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

8.21.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

8.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.24.1. o prazo de validade;

8.24.2. a data da emissão;

8.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.24.5. o valor a pagar; e

8.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de multa de 1% (um por cento) e juros de mora (pro rata die) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês sobre o valor faturado a partir da data do vencimento de correção monetária.

Forma de pagamento

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.39.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. Critérios de seleção do fornecedor

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Modalidade de contratação

9.1. Para a contratação será selecionado o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, sendo ela adequada, dentre outras situações, nos casos em que a contratação de serviços só pode ser fornecida por empresa exclusiva, conforme a Lei nº 14.133/2021, Art. 74, I. Considerando que o objeto que se deseja contratar tem como função o acesso a bases de dados - do SCDP e do Tesouro Gerencial - sob responsabilidade exclusiva do SERPRO, que comercializa o produto DaaS para tal funcionalidade, a modalidade adequada para a contratação é a Inexigibilidade de Licitação.

9.2. Em atendimento ao delineado no Art. 74, § 1º, em que a inviabilidade de competição para adequação da Inexigibilidade de Licitação deve ser demonstrada por documento idôneo, segue como anexo deste Termo de Referência a Declaração fornecida pelo SERPRO de que ela é a única empresa capaz de fornecer o objeto da contratação.

Regime de execução

9.3. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.4. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1. Execução do mesmo objeto deste Termo de Referência (o produto Dados como Serviço - DaaS) em contratações com outros órgãos públicos, no quantitativo mínimo de 50.000 milheiros de linhas mensais;

9.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. Estimativas do valor da contratação

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Nº	Item	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
1	Dados como Serviço - Órgãos Governamentais	50.000 milheiros de linhas	12	R\$ 19.575,39	R\$ 234.904,66

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$234.904,66 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10.2. A contratante pagará o preço do item de faturamento contratado (50.000 milheiros de linhas de Dados como Serviço para Órgãos Governamentais), independentemente de o consumo mensal alcançar o limite de milheiros da faixa. Caso a contratante consuma mais do que o limite superior da faixa escolhida, todo o excedente será cobrado de acordo com o preço específico para milheiros excedentes.

11. Adequação orçamentária

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 200334 - COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/;
- II) Fonte de Recursos: RECURSOS LIVRES DA UNIAO (1000000000);
- III) Elemento de Despesa: 339040 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TIC;
- IV) Plano Interno: PF99900TI24 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE - TI.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
1º mês de prestação do serviço	(01/04/2024) a (30/04/2024)	R\$ 19.575,39
2º mês de prestação do serviço	(01/05/2024) a (31/05/2024)	R\$ 19.575,39
3º mês de prestação do serviço	(01/06/2024) a (01/06/2024)	R\$ 19.575,39
4º mês de prestação do serviço	(01/07/2024) a (01/07/2024)	R\$ 19.575,39
5º mês de prestação do serviço	(01/08/2024) a (01/08/2024)	R\$ 19.575,39
6º mês de prestação do serviço	(01/09/2024) a (01/09/2024)	R\$ 19.575,39
7º mês de prestação do serviço	(01/10/2024) a (01/10/2024)	R\$ 19.575,39
8º mês de prestação do serviço	(01/11/2024) a (01/11/2024)	R\$ 19.575,39
9º mês de prestação do serviço	(01/12/2024) a (01/12/2024)	R\$ 19.575,39
10º mês de prestação do serviço	(01/01/2025) a (01/01/2025)	R\$ 19.575,39
11º mês de prestação do serviço	(01/02/2025) a (01/02/2025)	R\$ 19.575,39
12º mês de prestação do serviço	(01/03/2025) a (01/03/2025)	R\$ 19.575,39

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

ANDRE LUIS LIMA CARMO

Autoridade Competente / Autoridade Máxima de TIC - UG 200334



Assinou eletronicamente em 21/05/2024 às 14:24:43.

ANDRE LUIZ BARBOSA RODRIGUES

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 20/05/2024 às 17:03:12.

DANILO DE ALBUQUERQUE

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 20/05/2024 às 17:28:45.

RODOLFO DE MERLO VENTUROT

Integrante Requisitante Substituto



Assinou eletronicamente em 20/05/2024 às 17:17:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Contrato.odt (67.08 KB)
- Anexo II - Declaracao de Exclusividade.pdf (109.3 KB)
- Anexo III - Termo de Ciencia.docx (29.51 KB)
- Anexo IV - Ordem de Servico ou de Fornecimento de Bens.docx (32.03 KB)
- Anexo V - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo.docx (36.17 KB)

Anexo II - Declaracao de Exclusividade.pdf

DECLARAÇÃO

Referência: Art. 74 da Lei Federal 14.133/21.

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, sediado na SGAN Quadra 601 Módulo V Ed. Sede CEP 70836-900, Asa Norte, Brasília/DF, declara, para os devidos fins, que **tem exclusividade na prestação de serviços correlatos ao produto DaaS** (Dados como Serviço), que visa oferecer acesso on-line a bases de dados **autorizadas e hospedadas no SERPRO**, através de interfaces padrão JDBC (Java DataBase Connectivity) ou ODBC (Open DataBase Connectivity), com controle e auditoria do acesso ao dado.

Neste caso, para a Polícia Federal, o nível de acesso e visibilidade a ser fornecido depende do escopo apresentado no Termo de Autorização do órgão responsável pelos dados de interesse e, se restringirá, às bases de dados do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e Tesouro Gerencial.

Alysson Magalhães da Costa
Superintendência de Relacionamento com Clientes de
Negócios Estratégicos (substituto)